

RESENHA

Gerir condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: Parte da solução ou parte do problema?

*Managing living conditions of children and youngsters who live in shelter units:
part of the solution or part of the problem?*

Jeisa Benevenuti Sartorelli
Sílvio Paulo Botomé

Universidade Federal de Santa Catarina

Rizzini, I. & Rizzini, I (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

É possível uma unidade de abrigo ser comparada a um lar familiar? Em que aspectos? Qual a diferença em ter como contexto de desenvolvimento uma instituição de abrigo ou um lar familiar? O conhecimento já produzido tem evidenciado haver implicações desses contextos para o desenvolvimento humano. Sendo assim, o que dizer da situação de crianças e jovens que permanecem internados em unidades de abrigo, sem uma situação definida, excluídos da convivência de diversos grupos sociais? O livro *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*, de Irene Rizzini e Irma Rizzini é uma contribuição oportuna para o conhecimento e para a intervenção de profissionais envolvidos com a situação de crianças e adolescentes que vivem em instituições e com o tipo de trabalho social necessário para lidar adequadamente com elas.

Resultado de estudos e da parceria entre as autoras, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), o livro, ao avaliar o percurso histórico das instituições destinadas a crianças e adolescentes que estão temporariamente impedidas de retornar ao convívio familiar, revela que há carências em relação aos procedimentos de atendimento das crianças e jovens que vivem em instituições. As autoras destacam que ainda permanecem denúncias de violência e de ineficácia do atendimento nas instituições que acolhem crianças. As carências relatadas incluem problemas de superlotação, altas taxas de rotatividade dos abrigados, falta de continuidade no atendimento e confusão em relação aos objetivos das instituições que

funcionam como unidades de abrigo. As unidades de abrigo deveriam ser uma medida de proteção provisória e não um local confundido com internato (ou depósito temporário?) de crianças e adolescentes. Sendo assim, isso tudo mostra haver obstáculos e distâncias entre a legislação e as condições institucionais que necessitam ser superadas até, pelo menos, cumprir a lei.

Entre os vários aspectos examinados na obra, um dos que interessam para os profissionais e gestores de instituições destinadas às crianças e adolescentes é não terem sido criadas alternativas que, efetivamente, pudessem evitar o afastamento de crianças de famílias que vivem em situação de pobreza. As condições sociais brasileiras, caracterizadas pela desigualdade social e pela ausência de políticas de atendimento voltadas às classes populares, contribuem para que crianças e adolescentes vivam em uma situação não favorável ao desenvolvimento pleno saudável. Isso coincide com o resultado das investigações de Guirado (1986), Alves (2000), Weber (2002) e Sartorelli (2004), os quais constataram que a maior parte de crianças que vivem em instituições são provenientes das parcelas mais pobres da população e que a falta de condições financeiras das famílias é o principal motivo de encaminhamento para unidades de abrigo. É evidente a necessidade de produzir integração entre a implementação de políticas públicas e cada uma das atividades desempenhadas pelas autoridades ou profissionais que trabalham mais diretamente com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.

Outra das contribuições das autoras diz respeito à constatação de haver poucos estudos científicos que caracterizem suficientemente condições e comportamentos importantes para os gestores e que possibilitem mudanças específicas nas condições existentes. Há um predomínio de informações imprecisas (como a falta de uniformidade em relação à denominação que as instituições recebem, ou a falta de um registro fidedigno da quantidade de crianças que vivem em instituições), dificultando a intervenção dos profissionais e o dimensionamento dos problemas relativos à institucionalização de crianças no País. Os agentes responsáveis pelas unidades de abrigo devem ser capazes de identificar, avaliar e propor alternativas de solução diferentes das já existentes que parecem não ter melhorado em grau suficiente as condições de vida da população que necessita de instituições desse tipo. A obra em exame mostra haver necessidade de reformular o planejamento das ações dos agentes institucionais. Os comportamentos dos gestores e profissionais envolvidos com o problema da institucionalização de crianças tem pouca relação com as necessidades das crianças e aos problemas que precisam ser resolvidos pela instituição por meio de seus gestores.

As autoras contribuem com os gestores de unidades de abrigo e profissionais da área, identificando e indicando, ao final do livro, possibilidades de intervenção, debatidas por profissionais de todo o mundo em um Congresso em Estocolmo (maio de 2003), que viabilizam progressos em relação aos procedimentos de intervenção existentes. Enfatizam que crianças e adolescentes não deveriam ser institucionalizadas por serem pobres. O acolhimento em instituições deveria funcionar temporariamente e como um último recurso que pode ser utilizado em situações especiais. Algumas ações são destacadas pelas autoras: reduzir a quantidade de crianças institucionalizadas, prover apoio à família, criar alternativas de atendimento, priorizar o estudo da institucionalização na agenda política nacional, desenvolver estudos científicos que caracterizem a eficácia de diferentes procedimentos, entre outras. Essas ações revelam que há muitos problemas que necessitam de intervenção imediata em diferentes níveis de abrangência, não permanecendo

apenas no âmbito de resolver os problemas emergentes. É importante aumentar a visibilidade para quem quer gerir instituições desse tipo e para os profissionais envolvidos que realizam intervenções em relação às famílias e na população que vive em instituições.

O livro *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*, de Irene Rizzini e Irma Rizzini propicia descobertas sutis e importantes para quem lida com o mundo de fenômenos e processos relacionados a crianças e jovens que vivem em instituições. Para um país como o Brasil, no qual a quantidade de crianças em condições precárias de vida e em situação de abandono é muito grande, o livro desperta os profissionais para conhecimentos que podem auxiliar na redução dos problemas relacionados ao processo de gerir condições de vida de crianças e jovens que vivem em situação de abandono. Examinar o que o livro das professoras Irma e Irene Rizzini apresenta em relação às conquistas e outras variáveis que atuam sobre as instituições que favorecem ou dificultam o desenvolvimento psicológico de crianças e jovens institucionalizados pode ser uma preciosa incursão em descobertas inesperadas sobre um mundo que apesar de existir é desconhecido e permanece desconcertante.

REFERÊNCIAS

- Alves, E. S. (2000). *Abrigo de crianças e realidade familiar: A desmistificação do abandono*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Sartorelli, J. B. (2004). *Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: A percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Weber, L. N. D. (2002). *País e filhos por adoção no Brasil: Características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá.

Recebido: 25/04/2007

Revisado: 10/06/2007

Aceito: 15/06/2007

Sobre os autores:

Jeisa Benevenuti Sartorelli: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: jeisa_sart@yahoo.com

Sílvia Paulo Botomé: Professor Doutor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: botome@cfh.ufsc.br